

Prioridades: ataque ao déficit e desindexação.

O plano econômico aprovado ontem pelo presidente Fernando Collor prevê, numa primeira etapa, a eliminação do déficit público, estimado este ano em cerca de US\$ 30 bilhões, ou 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Numa segunda etapa, que vai depender de avaliações políticas do governo, será tentada a segunda cartada decisiva: a desindexação da economia, mediante negociações entre trabalhadores e empresários.

“Isso é uma inversão da estratégia dos planos de combate à inflação do governo Sarney”, observou ontem um animado economista que participou da reunião com Collor. O governo não vai mexer na política salarial nem congelar os preços. Mas as duras medidas para eliminar o déficit, aliadas a uma política monetária austera, com controle rígido da emissão de moeda, deverão criar, na avaliação da equipe econômica, as condições políticas para se negociar a desindexação. Nos planos Cruzado e Verão, o governo anunciou a extinção da correção monetária com a promessa de que controlaria o déficit público. A promessa não foi cumprida e a medida não funcionou.

— Se a sociedade acreditar nas medidas econômicas e a inflação cair, não haverá recessão, caso contrário, as coisas se complicam — advertiu um dos economistas que participou da reunião com Collor.

Essas são as principais medidas contidas no plano:

DÍVIDA EXTERNA — O governo vai limitar, unilateralmente, o pagamento dos juros e outros serviços da dívida externa. Apesar dessa decisão unilateral, o novo governo não quer que isso seja caracterizado como um confronto com os credores. Collor deseja garantir o clima de negociação e expor as razões para tal atitude nos encontros com autoridades dos países industrializados que vai visitar a partir do dia 21, especialmente com o presidente dos Estados Unidos, George Bush. O objetivo é pagar no máximo US\$ 5 bilhões por ano.

DÍVIDA INTERNA Os economistas que elaboraram o plano garantem que não haverá calote. Mas estão previstas medidas que

desestimulem as aplicações diárias no over. Os juros reais serão apenas para aplicações com prazos superiores a 30 dias.

ARRECADAÇÃO É a parte mais complexa do plano econômico. O novo governo quer aumentar receita via combate à sonegação. A revisão das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Não está descartada a tributação de grandes fortunas e o aumento do Imposto de Renda sobre o lucro das exportações.

PREÇOS E SALÁRIOS — O novo governo não quer mexer na política salarial nem congelar os preços. Para quebrar a realimentação da inflação pela indexação da economia, a ideia é promover uma desindexação por meio de negociações. No lugar de negociarem simples reposições de perdas salariais, decorrentes da inflação passada, trabalhadores e empresários pactuariam um sistema de reajuste com base nas expectativas futuras de inflação, na exemplo do que foi feito com sucesso no México.

PRIVATIZAÇÃO — O novo governo quer acelerar o processo de privatização. “Constatamos que inúmeras estatais podem ser privatizadas imediatamente, sem depender da aprovação do Congresso”, disse um dos economistas. Os trabalhadores serão convocados a participar dessa privatização. A conversão da dívida externa em investimentos poderá ser uma forma de apressar a privatização. Mas, nesse caso, a prioridade é para os projetos que visem ampliar a capacidade produtiva das empresas, para evitar que haja apenas uma simples troca de proprietário.

SUBSÍDIOS E INCENTIVOS — Serão suspensos, reduzidos ou simplesmente eliminados. Além de significar aumento de receita para o Tesouro, as mudanças nessa área se enquadram dentro dos objetivos de modernizar a economia e acabar com os chamados cartórios.

CÂMBIO — Deverá haver uma maxi desvalorização do cruzado e estuda-se a criação de uma faixa livre de flutuação do dólar.